

Nas páginas dos periódicos: construção social e realidade do fenômeno morador de rua

Jussara Mendes
Sandra Silveira*

Resumo – O presente texto analisa a construção social do fenômeno morador de rua a partir da ótica da imprensa escrita, bem como tematiza os estereótipos emergentes dessa construção. Em contrapartida, dá visibilidade da condição do morar na rua, a partir de um periódico elaborado por esses sujeitos – os moradores de rua.

Palavras-chave – Imprensa escrita. Morador de rua. Construção social.

Abstract – The present text analyze the street inhabitant phenomenoms social construction. On the other hand, it gives visibility to the street inhabiting condition, from a journal made by these subjects – the streer inhabitants.

Key words – Writen Press. Streer inhabitants. Social constructio.

A discussão e problematização da temática *morador de rua* constitui-se em um dos esforços empreendidos pelas autoras para compreender e dar visibilidade a uma das diversas expressões presentes na dinâmica das desigualdades sociais, na contemporanidade. Essa preocupação tem como marco a pesquisa “A Realidade do Morador de Rua de Porto Alegre”, realizada em 1995,² cujo objetivo foi o de mapear e identificar a população de rua da Capital, tendo em vista seu substancial crescimento demográfico, verificado nos equipamentos públicos destinados a atendê-los. A referida pesquisa evidenciou a pertinência e urgência de estudos nessa área, tanto para compreender como este fenômeno se reproduz, como para identificar suas especificidades, formas de segregação e expressão, a fim de desenvolver tanto metodologias de ação quanto indicadores para a formulação de políticas públicas.

Constituindo-se como um fenômeno tipicamente urbano, que atravessa a história das comunidades sedentárias, a situação do *morar na rua* apresenta, na contemporaneidade, características próprias, vinculadas à profunda desigualdade e exclusão social. Sua magnitude tem incomodado muitos e preocupados alguns, como se verá a seguir.

* **Jussara Mendes** – Assistente Social, Mestre em Serviço Social (PUCRS), Doutora em Serviço Social (PUCRS), Diretora da Faculdade de Serviço Social da PUCRS, Coordenadora do NEST/PUCRS e Pesquisadora do LABINTER/PUCRS. **Sandra Silveira** – Assistente Social, Mestre em Serviço Social (PUCRS), Professora do Curso de Serviço Social da ULBRA/Canoas.

² Pesquisa realizada em parceria entre a Faculdade de Serviço Social, da Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS/FSS – e a Fundação de Educação Social e Comunitária, da Prefeitura de Porto Alegre – PMPA/FESC.

“A miséria hoje está publicamente exposta nas principais cidades do mundo”³ Impressionada com este fenômeno, a pesquisadora Maria Cecília Loschiavo dos Santos ⁴ foi ouvir outras histórias em outras metrópoles e desenvolveu uma pesquisa subsidiada em Los Angeles, onde concluiu que os moradores de rua do Japão, Brasil e Estados Unidos, apesar das diferenças culturais, têm muitas semelhanças e, entre elas, destaca-se o estigma da marginalidade. Segundo esta pesquisadora :

O morador de rua é um desafio para a sociedade, afirma a professora. Costumo dizer que ele é o transiente excluído de uma sociedade em transição. Para solucionar esse fenômeno mundial, será preciso uma reflexão e ação democrática e multidisciplinar, pois este não é um mero problema social, político e econômico.

As situações de instabilidade e de deriva social, que contribuem para o fenômeno, são inúmeras e podem estar associadas a questões de ordem familiar, profissional ou social (Paugam,1999). A ausência de perspectiva de um emprego estável e o desemprego são ameaças constantes de destruição da identidade e podem culminar com o desgaste e o adoecimento deste sujeito, tendo repercussão direta no seu modo de viver e nas suas condições de vida. Na situação extrema de “rualização”, esse modo de viver será formado por fatores e restrições ambientais, organizacionais, políticas, morais, entre outros, que instauram e moldam rotinas, sob o imperativo da sobrevivência.

São inúmeros os estudos sobre estes fatores e restrições, sobretudo os referenciados às questões ambientais e organizacionais. O recurso à leitura que a imprensa escrita dispensa a esse fenômeno possibilita visibilizar uma das formas como são construídas as restrições de ordem moral, pois ela – mídia – amplia o leque de repertório das práticas discursivas cotidianas (Medrado, 2000), constituindo tendências que são dadas como verdades.

Nesse sentido, o presente levantamento temático, realizado a partir dos três jornais de maior circulação no Estado do Rio Grande do Sul – Zero Hora (ZH), Correio do Povo (CP) e Diário Gaúcho (DG) –, teve por objetivo visibilizar como a mídia escrita contribui para a construção social do fenômeno do morador de rua. Tal investida faz-se profícua uma vez que esses meios de comunicação, ao mesmo tempo em que refletem, em grande medida, os

³ MORENO, Leila Kiyomura. *Morador de rua: drama comum nas metrópoles do mundo*. Ver: <http://www.usp.br/jorusp/jusp484/manchet/rep_res/rep_int/cultura3.html>.

⁴ A pesquisa de Maria Cecília tem resultado em artigos que publica em livros e revistas de diversos países. Conseguiu reunir também cerca de 5 mil fotos. Algumas dessas imagens estiveram numa exposição no UCLA Fowler Museu de História da Cultura, em Los Angeles, em janeiro de 2000, apresentando as cenas do cotidiano dos moradores de rua de Tóquio, Los Angeles... In: <<http://www.fapesp.br/rua451.htm>>.

interesses da ordem dominante, também cedem espaço para interesses outros, mesmo que em grau significativamente menor.

A opção pelos três periódicos justifica-se tanto pela abrangência — nível estadual — quanto pelo fato de destinarem-se, presumivelmente, a públicos diversificados. Tanto o CP quanto o DG são jornais ditos populares, com preços acessíveis, tendo o primeiro uma linha editorial que privilegia reportagens e informes reduzidos, adotando uma linguagem objetiva e pretensamente neutra. Já o segundo – DG – apresenta uma linha editorial mais popular, com grandes chamados mas reportagens reduzidas, numa linguagem mais alegórica que objetiva. Por outro lado, a ZH afirma-se como o jornal de maior expressão no Estado do Rio Grande do Sul, sendo o veículo de mídia impressa de maior circulação.

De outra forma, e como contraponto à visão midiática formal, trouxe-se o jornal Boca de Rua, produzido por um grupo de moradores de rua, sob a supervisão da Agência Livre para Infância, Cidadania e Educação (Alice). Esse jornal, de periodicidade quadrimestral, é distribuído pelos próprios moradores de rua, tendo sua renda revertida para os mesmos, conforme informações constantes nos editoriais.

Compreende-se que esses veículos mantêm reiterada comunicação com a sociedade, uma vez que é o reconhecimento dessa que consagra os periódicos como porta-vozes de uma versão da realidade dita oficial ou, em outros termos, legítima. Nesse sentido, são espaços privilegiados de construção, definição e redefinição de conceitos, ideologias, representações sociais, que são assimilados pela sociedade através das ações enunciativas que ora sugestionam, ora impõem identidades e realidades como legítimas.

Esses impressos inscrevem-se no campo onde o poder central reside, com o objetivo de incidir nas categorias de apreensão e apreciação – no sentido valorativo – do mundo. Tendo isso em vista, perscrutar a forma como veiculam conteúdos referentes à temática morador de rua, mais que dinamizar o capital bibliográfico, permite compreender uma das formas como se engendra, na contemporaneidade, a construção social de um segmento populacional.

Para tanto, procedeu-se a uma busca rigorosa a artigos, notas e referências que aludissem ao termo morador de rua – palavra-chave do levantamento – nos três jornais citados, no curto período de janeiro a agosto de 2001. Elegeu-se esse período por compreender a primeira fase da gestão municipal do Governo Tarso Genro, em Porto Alegre, cuja plataforma eleitoral propunha ênfase aos investimentos financeiros e humanos para os segmentos populares menos favorecidos. Considerando-se o foco do levantamento –

população de rua adulta – foram suprimidas todas as referências à criança e adolescente de rua que, observou-se, compunham a maior parte do material editado.

Já de posse do material, o mesmo foi ordenado em forma de categorias pós-estabelecidas que emergiram do texto após e durante o processo de leitura e releitura, perfazendo um número total de seis. As unidades de significação eleitas para compor as categorias foram as reportagens, sendo o critério adotado o de semelhança, isto é, as reportagens foram agrupadas pelo elemento comum mais significativo. A seguir anunciam-se as categorias:

- ações e propostas governamentais; reportagens veiculadas a seções policiais; reportagens protagonizadas por instituições não governamentais da área; comentários e artigos de cronistas e articulistas; reportagens dedicadas integralmente ou que fizessem referência às auto-organizações dos moradores de rua e reportagens de capa ou central com referência a moradores de rua.

Vale ressaltar que, ao se iniciar o levantamento nos periódicos supracitados, á havia indicativos de algumas categorias, baseadas em hipóteses apriorísticas, como a que creditava existir um grande número de reportagens de cunho policial. Contudo considerou-se, também, a abordagem indutiva, na tentativa de salvaguardar o não-revisível.

No processo de análise, lançou-se mão da técnica de Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1984), no aspecto metodológico, e da interlocução com diversos autores, no intuito de uma melhor compreensão da construção social do fenômeno em tela.

Em termos numéricos, foram coletadas, ao todo, quarenta e oito reportagens, nos três jornais, com uma média de uma reportagem a cada 4,3 dias, conforme quadro a seguir

| Notícias | Zero Hora | Diário Gaúcho | Correio do Povo | Total |
|---|------------------|----------------------|------------------------|--------------|
| Ações e Propostas Governamentais | 06 | 01 | 04 | 11 |
| Seção Policial | 05 | 08 | 04 | 17 |
| ONGs | 0 | 03 | 0 | 03 |
| Artigos e Crônicas | 01 | 06 | 0 | 07 |
| Movimentos Sociais e organizações dos próprios moradores de rua | 04 | 02 | 01 | 07 |
| Reportagens de capa ou central | 01 | 03 | 0 | 04 |
| | | | | 48 |

Os achados não surpreendem muito: a categoria com reportagens de cunho policial

foi a mais constante – dezessete referências –, sendo oito veiculadas pelo DG, cinco pela ZH e quatro pelo CP. Não se observou uma concentração de reportagens em períodos diferenciados, no estudo.

Em seguida, estão as reportagens anunciando ações e propostas governamentais, em número de onze. A ZH encerra a maioria das reportagens, seis ao todo, contra quatro do CP e uma da DG. A distribuição das reportagens também se dá ao longo dos 06 meses, sem apresentar concentração significativa.

Em terceiro lugar, em relação ao número de reportagens, estão as que se referem às auto-organizações dos moradores de rua, e as que veiculam comentários e artigos de cronistas e articulistas, ambas categorias com sete unidades de significação cada. Na última – comentários e artigos – novamente é o DG que prevalece, com seis reportagens contra apenas uma da ZH. Quanto às unidades de significação referentes as organizações dos moradores de rua, verificaram-se quatro veiculadas a ZH, duas ao DG e uma ao CP. Também não se observa concentração de reportagens sobre estes temas em um determinado período.

A categoria das reportagens de capa ou central com referência a moradores de rua, fez um número de quatro reportagens, sendo três do DG e uma da ZH. Já a categoria das instituições não-governamentais compôs-se por três reportagens, todas veiculadas no DG. Em ambos os casos, as reportagens estavam desconcentradas ao longo dos seis meses.

Isso posto, o desafio agora premente é o de articular os conteúdos das categorias, que se apresentam desconectados, embaralhados, consubstanciando-os numa narrativa que permita visualizar a forma como os periódicos retratam/constroem e difundem a identidade e a realidade do morador de rua da região metropolitana.

Em assim sendo, retoma-se a categoria com maior índice de reportagem, e que associa morador de rua com as páginas e sessões destinadas a assuntos policiais, vinculados mais propriamente à violência urbana. Das dezessete reportagens ou notas, onze relatam morte de moradores de rua, o que parece revelar que esses são as maiores vítimas da violência, exatamente por estarem mais expostos. Dos seis meses que compreendem o período do levantamento, apenas em um – março – não houve registro de fatalidade. Dos casos registrados, 6 estão relacionados ao uso de álcool, briga e desavenças de gangues. Justificam, assim, as características de incapacidade e periculosidade imputadas a esse segmento, ao mesmo tempo em que atribuem a culpa da fatalidade à própria vítima:

O homem morto, na calçada, sob a porta do bar... o comentário é de que o

excesso de bebida e o frio tenham sido fatais.⁵

Por volta das 5h, os PMs do 9º Batalhão de Polícia Militar atenderam a um chamado que avisava sobre um suposto incêndio debaixo do viaduto [...] Ao chegaram ao local, os policiais se depararam com o corpo completamente carbonizado. A área debaixo do viaduto é usada para refúgio de desabrigados e acaba sendo local de freqüentes brigas... barras de ferro e concreto foram colocadas pela Prefeitura abaixo do viaduto para impedir a aglomeração de mendigos, o que não adiantou.⁶

A administração municipal, através de seus representantes, alimenta essa representação social, ao aludirem a resistência dos moradores de rua em aderirem aos projetos oficiais:

Suziane faz parte dos 500 adultos sem teto da Capital estimados pela Fundação da Assistência Social e Cidadania (FASC). De acordo com o presidente da entidade, Renato Guimarães, o principal motivo para os moradores de rua rechaçarem a abordagem da assistência é a imposição de distância de drogas.⁷

Para Faleiros (1998, p. 3), essa ordem social se sustenta na lógica que separa a sociedade “[...] em grupos de capazes e incapazes, dotados ou não-dotados, limpos ou sujos, sem fundamento na própria realidade biológica, e com referência apenas ao preconceito, na intolerância e na razão irracional da superioridade”. Com efeito, ao atribuir as causas da violência à própria vítima, negam a complexidade do fenômeno, que se inscreve num contexto de desemprego, fragilização da cidadania e dos laços sociais e comunitários.

A preocupação com a visibilidade desses sujeitos, e pelo fato de tomarem de assalto o espaço público, reforça ações de caráter repressivo e/ou assistencialistas

O Porto Inverno – programa de assistência a moradores de rua da Capital – pretende abrigar cerca de 500 adultos e 300 crianças e adolescentes que moram nas ruas... Os abrigos oferecerão alimentação, higiene e camas à noite.⁸

Sapucaia do Sul terá albergue temporário noturno nos meses de junho a agosto. [...] A Guarda Municipal e a Brigada Militar farão uma ronda “noturna” para recolher os desabrigados.⁹

É explícita a idéia de recolher, higienizar, isolar os moradores de rua, através de

⁵ RONDA POLICIAL. Sem teto morre de madrugada. *D.G.*, 14 maio 2001, p. 24.

² RONDA POLICIAL. Mais um morador de rua queimado. *D.G.* 26 maio 2001, p. 25.

⁷ GERAL. Casas acolherão moradores de rua. *D.G.*, 26 jan. 2001, p. 46.

⁸ GERAL. FASC pretende duplicar abrigos. *Z.H.*, 7 maio 2001, p. 38.

⁹ GERAL. Abrigo em Sapucaia do Sul. *D.G.*, p. 3.

ações que atrapalhem e dificultem a sobrevivência dos mesmos nos espaços públicos. Show e Anderson (1998) denominam essas ações de restrições ecológicas. Essas ações se viabilizariam, segundo os autores, via dois mecanismos básicos: um através da

[...]existência e a acessibilidade do espaço marginal ou intersticial dentro de uma comunidade; outro através da distribuição ecológica tanto desse espaço marginal quanto das diversas unidades que os atende (Anderson, 1998, p. 171).

Espaço marginal é aquele que tem pouco ou nenhum valor de uso para munícipes e pouco ou nenhum valor de troca para os empresários; espaço primário é aquele utilizado para fins de domicílio, lazer ou trânsito na comunidade, para fins comerciais e financeiros ou fins políticos e simbólicos; espaços transicionais são aqueles cujo uso e funções são ambíguos e indefinidos. São, por exemplo, utilizados tanto por moradores fixos, como por sem-tetos e empreiteiros (Show e Mulcahy, 1999, p. 62).

A cedência desse espaço marginal atenderia ao propósito de controle, desde que não interessasse substancialmente aos cidadãos domiciliados. Os moradores de rua conferem o status de marginal aos espaços públicos urbanos que habitam, o que os torna, muitas vezes, evitados pela população domiciliada. Contudo, ao serem ressignificados como primários, tornam-se alvo de confronto, que assume na imprensa característica de denúncia. Uma reportagem central, vinculada no periódico Diário Gaúcho, sob o título “Como estão as praças da Capital” reflete esta assertiva:

Muitas praças de Porto Alegre, que deveriam ser locais de encontro e descanso para os moradores da Capital, estão com a manutenção deixando a desejar. [...] Praça da Alfândega – Centro – Problemas: moradores de rua [...] Praça da Matriz – Centro – Problemas: pichações, lâmpadas quebradas e moradores de rua [...] Praça Argentina – Centro – Problemas lixo e sujeira no chão [...] moradores de rua [...] Praça Garibaldi – Bairro Cidade Baixa – Problemas: morador de rua, pichações (Especial, 30 mar. 2001, p. 5).

Com o mesmo intuito, isto é, de denunciar, em nome da ordem, o uso desses espaços de lazer e circulação pelos moradores de rua situa-se a reportagem seguinte:

Um passeio pelo centro de Porto Alegre ao anoitecer equivale a uma pós-graduação em malandragem, a um mergulho em um dicionário de pequenos crimes, também é o lar de 838 mendigos catalogados pela Prefeitura. Se escapar da esmola, aquele que escolhe a área central para passeio terá dificuldades para resistir aos achaques dos guardadores de carros.¹⁰

Textos como esse tendem a reforçar e generalizar a construção social da identidade do morador de rua como do mendigo, marginal e/ou bêbado, uma vez que representam “[...] uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Sá, 1996, p. 32). Objetivo esse que pode ser verificado, também, nos comentários e artigos de cronistas e articulistas:

Cuidado! Quem passa diariamente defronte ao antigo parque da Harmonia não percebe o astral pesado daquele local [...] num domingo de sol, acabou deixando sanduíches e refrigerantes com andarilhos e meninos que fediam a éter.¹¹

O Presidente Fernando Henrique quer o seu partido, o PSDB, “com mais cheiro de povo”. [...] o cheiro do povo não é uma coisa muito agradável [...] Certa vez um morador de rua, com suas tralhas e garrafas de cachaça, entrou no ônibus e empestou de tal forma o ambiente que ninguém conseguiu agüentar.¹²

De outra forma, a oferta e o acesso a certos produtos e facilidades aos moradores de rua coloca-se como condição para que ocorra a remoção dessa população dos espaços privilegiados. Por outro lado, ao configurar suas rotinas, incidem na cultura da rua, visto que “Repertórios e estratégias de sobrevivência não surgem espontaneamente; são o produto de uma ação recíproca entre os recursos e a inventividade dos moradores de rua e as restrições organizacionais, políticas e ecológicas locais” (Show e Anderson, 1998, p. 48).

E é nesse sentido que a coletividade e o poder público se unem, oferecendo serviços pontuais sob a égide da solidariedade:

A Câmara de Vereadores e a Prefeitura de Porto Alegre planejam a criação de um restaurante popular com refeições a R\$1,00 no centro da cidade. A intenção é aproveitar armazéns desativados do porto [...] a Prefeitura planeja um serviço que seja gerido em conjunto pela administração municipal, por organizações não-governamentais e empresas: defendemos a gestão coletiva [...] com a formação de uma rede solidária, o restaurante popular é viável.¹³

Ainda nas primeiras horas da fria manhã de segunda-feira, ao dobrar a esquina da Av. Borges de Medeiros com a Jerônimo Coelho, Rodrigo quase tropeçou com um mendigo que dormia sob as marquises [...] Um cobertor de cor berrante, em verde e amarelo, lhe chamou atenção [...] era uma bandeira do Brasil... Em pleno ano do voluntariado, Rodrigo acredita que não foi por acaso que se deparou com aquela cena cheia de simbolismo, e leva consigo a

¹⁰ ESPECIAL. *A geografia de um centro degradado. Mendigos, flanelinhas, ladrões e...*

¹¹ ZAMBIASI, S. Domingo no Parque. *D.G.*, 22 jan. 2001, p. 28.

¹² MARIANI, J. Cheiro de Povo. *Z.H.*, Opinião, 3 jan. 2001, p. 17.

¹³ GERAL. Almoço de R\$ 1,00 é discutido na Capital. *Z.H.*, 28 fev. 2001, p. 35.

lição de que frio e fome podem matar [...] 800 pessoas enfrentam os riscos da sobrevivência em nosso rigoroso inverno. Faltariam bandeiras para cobrir a todos, mas acho que está sobrando gente que poderia ajudar.¹⁴

Faleiros (1998, p. 2) lembra que “[...] no Brasil a violência se articula com a benemerência do favor que, por sua vez, mantém e consolida a injustiça” que, em última instância, seria a mola propulsora da violência. Mas a luta pela instituição da justiça também encontra espaço na mídia, mesmo que de forma proporcionalmente menor a da ordem vigente. Essas disputas se dão num complexo contexto onde interagem interesses econômicos, afirmações de poder, domínio territorial e identidade, o que permite emergirem novos padrões de práticas coletivas. Suas falas também ecoam nos periódicos, geralmente, em contraponto às ações oficiais e/ou denúncias da comunidade:

Os quatro galpões do Parque Maurício Sirotsky Sobrinho, em Porto Alegre, estão ocupados por cerca de 120 moradores de rua, com o consentimento da Prefeitura. “A sociedade não nos aceita porque não percebe que o que aconteceu conosco pode acontecer com qualquer um, diz o presidente do Movimento dos Moradores de Rua”.¹⁵

O Movimento dos Moradores de Rua de Porto Alegre levou ao Prefeito Tarso Genro proposta de construção de habitações, chamadas repúblicas, para abrigar indivíduos que vivem nas ruas da cidade “[...] não somos apenas indivíduos vivendo ao relento, mas famílias inteiras desabrigadas”.¹⁶

Dados do Movimento de Direitos dos Moradores de Rua de Porto Alegre mostram uma realidade diferente da apresentada pela Prefeitura. Segundo a Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASe), existem em tomo de 500 pessoas – 300 a menos que o apontado pelo movimento – vivendo nas ruas do centro e de bairros.¹⁷

Ontem, em tomo de 40 ativistas do Movimento de Direitos dos Moradores de Rua participaram de uma reunião no Parque Farroupilha e decidiram pela realização de um protesto [...] O movimento espera que as cerca de 650 pessoas cadastradas participem da caminhada [...] Sônia Mesquita, uma das coordenadoras do movimento, afirma que os moradores de rua revoltaram-se com o fato de a Prefeitura não ter levado em conta a proposta de construção de uma república.¹⁸

É no momento em que os moradores de rua começam a se organizar como coletivo, assumindo a denominação que lhes é imputada, que surge a possibilidade de ruptura da construção social em voga. Atribuem um novo sentido para a terminologia, que assume o

¹⁴ ZAMBIASI, S. A bandeira que enfrenta o frio. *D.G.*, 19 mar. 2001, p. 27.

¹⁵ GERAL. Galpões de parque servem de moradia. *D.G.*, 26 jan. 2001, p. 7.

¹⁶ GERAL. Moradores de Rua Pedem Repúblicas. *C.P.*, 28 mar. 2001, p. 12.

¹⁷ RONDA POLICIAL. Polêmica dos números. *D.G.*, 14 maio 2001, p. 25.

papel de salvaguarda do coletivo, uma vez que “[...] as representações têm também por função situar os indivíduos e os grupos no campo social, permitindo a elaboração de uma identidade social e pessoal gratificante”(Sá, 1996, p. 44)

O jornal trimestral *Boca de Rua* é expressão tanto do processo, acima mencionado, quanto da tomada de “[...] consciência de que seus direitos consistem exatamente em encarar as privações da vida cotidiana como injustiça no lugar de repetições naturais do cotidiano”, conforme afirma Sader (1988, p. 222).

O povo da rua passa fome, não tem onde morar, dorme na beira das calçadas, debaixo das pontes, dentro dos esgotos.

Mas o povo da rua fala. O povo da rua tem o que falar. O jornal vai mostrar que nunca ninguém está completamente certo. Tem pessoas que se acha “o cara” mas não é. Se viesse morar na rua, não seria ninguém (*Boca de Rua*, n. 0, dez. 2000, p. 1).

Pobre tem caixão de tábua. Caixão de rico é de madeira brilhante, forrado e com travesseiro [...] Luciano Felipe da Luz, o Mercedes, “jornalista e jornalista” do *Boca de Rua*, morreu no dia 21 de agosto e está enterrado no Campo Santo do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre. No dia 03 de setembro, os integrantes deste jornal foram até lá para tentar descobrir o túmulo. Precisaram perguntar para um funcionário, porque só tinha número nas cruzes. Parecia um deserto e tinha um cheiro ruim no ar (*Boca de Rua*, n. 2, out. 2001, p. 2).

O Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua de Porto Alegre surgiu para acabar com um tipo de preconceito contra o pessoal da rua. [...] O nosso projeto é de repúblicas. A gente fez reunião com os moradores de rua. Cada um deu sua opinião, sua idéia. Se chama caminhada. [...] no nosso projeto os moradores de rua se auto-gerenciam, estão vendo que se começarem a participar e a se unir dá certo, porque são muitos. Isoladamente, um ou dois, a gente sabe que não, porque morador de rua é visto como paisagem (*Boca de Rua*, n. 3, jul. 2001, p. 3).

Visibilidade esta que se esgueira pelos liames da imprensa oficial, conforme notícia publicada pelo jornal ZH:

A aventura e os dissabores de quem vive nas ruas de Porto Alegre viraram jornal. A publicação do *Boca de Rua*, realizada pela Agência Livre para a Infância, Cidadania e Educação (Alice) retrata um pouco do cotidiano das pessoas que fazem dos espaços públicos a sua casa.¹⁹

Não foi objeto, aqui, realizar uma análise aprofundada dos meandros dos meios de comunicação, mas sim a possibilidade de perceber como esses agentes formadores de

¹⁸ GERAL. FASC pretende duplicar abrigos. *Z.H.*, 7 maio 2001, p. 38.

¹⁹ GERAL. Jornal retrata a vida nas ruas. *Z.H.*, 22 jan. 2001, p. 46.

opiniões veiculam informações sobre o morador de rua. E, com efeito, pôde-se constatar que contribuem significativamente para a construção social desse fenômeno, na maioria das vezes, divulgando informações e opiniões pejorativas. Todavia, considerando que essa construção se dá também em outros espaços, no cotidiano e de forma extremamente dinâmica, abrem-se brechas por onde se esgueiram novos sujeitos sociais²⁰ e que também impõem seu olhar.

Rap de *Uma Boca de Rua*

| | |
|-------------------------------|---------------------------------|
| A minha vida é | Por criança doente |
| simplesmente a sua | Criança abandonada |
| Se liga gente boa | Ao chegar ao seu mocó |
| Que faço uma canção | Você logo vai ver |
| Que é minha, que é da vida | O mano Mercedes |
| E de vocês também | É que tá com a razão |
| Ei amigo | Tenta tapar o sol com a peneira |
| Aí, ó irmão | Joga o lençol |
| Você que não está conseguindo | Em cima da fogueira |
| Conquistar a situação | Deus criou o mundo |
| Eu falo o que é real | E junto a miséria |
| O que sustenta a família | Brasil tem que mudar |
| E pobre e está mal | Aqui é nossa terra |
| Me diga uma praça | Aqui é nosso lugar. |
| Que não esteja habitada | |

Dessa forma, reafirmam seu lugar numa sociedade que a cada dia impõe novas restrições ao acesso desses segmentos populacionais, restrições essas construídas pelos mais variados segmentos e veículos sociais, como a mídia, que tem cumprido eficientemente seu papel de formadora de consensos.

Referências

- CASTEL. R. a *Metamorfose da questão social: uma crônica do salário*. Tradução Iraci Poleti. São Paulo: Vozes, 1998.
- CASTE. R.; WANDERLEY, L. E.; BELFIORE-WANDERLEY, M. *Desigualdade e questão social*. São Paulo: EDUC, 2000.
- FALEIROS, V. de *PSaber Profissional e Poder Institucional*. São Paulo: Cortez, 1985.
- . Serviço Social: questões presentes para o futuro. In: Revista *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 17, abr., 1996.
- . *A intervenção em rede*. <<http://www.faleiros.com.br>>. Acesso em: 12 nov. 2001.

²⁰ Novos no sentido de se reconhecerem enquanto sujeitos coletivos, em torno de um objetivo comum.

———. Desafios do Serviço Social na era da globalização. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 20, n. 61, nov. 1999.

———. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2001a.

———. *Focalização e gestão social*. <<http://www.faleiros.com.br>> Acesso em 12 nov. 2001b.

PAUGAM, S. Fragilização e ruptura dos vínculos sociais: uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In: *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 20, jul. 1999.

SHOW, D.; ANDERSON, L. *Desafortunados: um estudo sobre o povo de rua*. Tradução Sandra Vasconcelos. Petrópolis: Vozes, 1998.

SHOW, D. A.; MULCAHY, M. Espaço, políticas e estratégias dos sem-teto. Trad. Maria Ruth de Souza Alves. In: *Revista Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, ano 20, jul. 1999.

SPINK, M. J. Rigor e visibilidade: a explicitação dos passos da interpretação. In: SPINK, M. J. (Org.). *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas*. São Paulo: Cortez, 2000.